

Sarney corta 23% do orçamento da União

BRASÍLIA — O governo deve ficar até 15 de fevereiro, pelo menos, sem verbas no orçamento para merenda escolar, crédito agrícola, manutenção e operação dos trens urbanos, assistência técnica rural, rolagem das dívidas estaduais e municipais e financiamento às pesquisas científicas através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Esses pontos estão entre as dezenas de projetos vetados pelo presidente José Sarney no projeto de Orçamento para 1989, aprovado em dezembro pelo Congresso.

Por sugestão do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, foram vetados quase um quarto (23%) do orçamento aprovado no Congresso, cerca de Cz\$ 22,5 trilhões. Na mensagem enviada ontem ao Congresso, o presidente explica que alguns projetos foram vetados na íntegra porque a Constituição proíbe vetos parciais a projetos e atividades. Sarney se compromete a enviar um novo projeto de lei, com autorização de despesas em itens considerados prioritários.

“O governo não vai deixar faltar merenda escolar. As escolas usarão os seus estoques ou encontraremos outra alternativa”, disse o secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José Ribas Neto. Segundo o secretário, o governo não pensa em sugerir a convocação extraordinária do Congresso, nem em dar verbas suplementares às atividades prioritárias através de medida provisória. “Esperamos que o Congresso, ao voltar do recesso dia 15 de fevereiro, dê prioridade a essa matéria”, disse Ribas Neto.

Ele espera terminar, até a próxima semana, a lista dos projetos considerados prioritários, que terão suplementação de verbas pedida ao Congresso, entre eles o refinanciamento da dívida com aval da União (inclusive a rolagem das dívidas estaduais e municipais), a merenda escolar, o FNDCT, e a manutenção e operação dos trens urbanos.

Créditos — Para justificar seus vetos, o Executivo alega que o Congresso, ao criar novas despesas no projeto original de Orçamento, usou verbas que não poderia. Quase 120 projetos foram beneficiados com recursos

retirados do Orçamento de Crédito do governo, mas sem que fossem reduzidas as verbas desse orçamento, o que os técnicos do Executivo consideraram irregular. Isso porque o Congresso aumentou as receitas desse orçamento em quase Cz\$ 1 bilhão, argumentando que em 1989 haverá mais dinheiro entre as receitas do Orçamento de Crédito, proveniente do pagamento de empréstimos oficiais, pelos beneficiados. Os projetos beneficiados por esse artifício, que somavam quase Cz\$ 2,3 trilhões, foram vetados, embora nem todos seus recursos saíssem do Orçamento de Crédito. Também foram vetadas as despesas do orçamento de crédito, como o financiamento agrícola à exportação e rolagem de dívidas de estatais e de governos estaduais e municipais.

O governo vetou ainda os projetos que usavam verba originalmente destinada à compra de ações da Siderbrás pelo Tesouro Nacional. Com esse dinheiro, cerca de Cz\$ 358 bilhões, alega o presidente Sarney, seria paga uma parcela da dívida da Siderbrás. O Congresso havia determinado que a dívida da Siderbrás fosse paga com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, o que é ilegal, porque, como argumenta Sarney, o FND não pode emprestar a empresas deficitárias.

Norte-Sul — O artigo 5º do projeto aprovado no Congresso, que estabelecia condições para rolagem das dívidas estaduais e municipais foi vetado na íntegra por “tratar-se de matéria extra-orçamentária”, segundo a justificativa presidencial. O mesmo argumento foi usado para vetar outros dois artigos: um que obrigava o governo a prestar contas a cada bimestre da execução do Orçamento (o que já é obrigatório, pela Constituição), e outro que determinava o repasse imediato às instituições das chamadas verbas vinculadas, as receitas, como fundos especiais, que têm destinatário certo.

No Orçamento foi mantido, porém, o aumento de quase Cz\$ 36 bilhões concedido à Ferrovia Norte-Sul pelos parlamentares, segundo Ribas, porque os recursos obtidos para esse aumento pelo Congresso não estavam em nenhum dos casos vetados pelo presidente.

Brasília — Antônia Márcia Vale



Ribas (E) e Vieira: governo não vai deixar faltar merenda